

PASSAPORTE

Roberto Rodrigues*

Muito já se especulou, discutiu e escreveu sobre as possíveis consequências da posse de Joe Biden na Presidência dos Estados Unidos nas relações entre seu país e o Brasil.

Temas como a volta ao Acordo de Paris e ao multilateralismo, a renovação do apoio à Organização Mundial do Comércio (OMC) e à Organização Mundial da Saúde (OMS), eventuais mudanças nas diretrizes diplomática e comercial em relação à China, aliança com a União Europeia e, internamente, a busca pela pacificação contra o radicalismo, têm sido explorados à exaustão.

Da mesma forma, tem repercutido muito o debate sobre o entorno de tudo isso, em meio à pandemia e crises na saúde pública. Questões ligadas às agendas ambiental, energética, mudanças climáticas, inovações tecnológicas profundas, sobretudo na área digital, além dos movimentos no tabuleiro do comércio global e a dupla de desafios portentosos: segurança alimentar global e sustentabilidade - provocam calorosos embates de vícios técnico e ideológico.

Quanto a nós, brasileiros, os pontos mais relacionados são a eventualidade de sanções por conta do aumento de desmatamento na Amazônia, incêndios criminosos, invasão de terras públicas ou indígenas por grileiros, madeireiros ou garimpeiros e a possibilidade de nos deixarem de fora de acordos comerciais multilaterais importantes.

A Europa vai avançando no novo “Green Deal”, com possível imposição de métricas sobre a emissão de CO2 na produção de alimentos importados. Muito provavelmente, tal acordo será adotado pelos Estados Unidos e China, de modo que precisamos estar muito atentos a esses entendimentos, que poderão nortear decisões absolutamente estratégicas para o posicionamento brasileiro no tabuleiro citado acima.

Pois bem. Ao final dos debates sobre estas questões todas, vem a pergunta: Joe Biden representaria um risco ou uma oportunidade para o nosso País? Provavelmente nenhum dos dois, mas sim um alerta. E um alerta que já estava ligado bem antes dele chegar.

O Brasil tem algumas vantagens competitivas inegáveis no agronegócio. Não foi à toa que, no ano passado, aumentamos nossas exportações desse setor, chegando a 100,8 bilhões de dólares, mesmo com todos os dramas derivados da pandemia do coronavírus desafiando a perspectiva de bons resultados. Ainda podemos crescer muito mais nesse front.

Além da competitividade no agro, somos também uma potência ambiental com o ativo da Amazônia, e não podemos desprezar essa plataforma extraordinária para a bioeconomia. No entanto, não temos cuidado bem disso.

Embora tenhamos o reconhecimento de uma agropecuária altamente sustentável, as ilegalidades recorrentes naquela região mancham a nossa competitividade. Com isso, corremos o risco de perder mercados e o pior: ficar de fora dos grandes acordos que já estão sendo retomados com Biden e sua visão multilateralista, seja com a Europa, seja com outras nações amigas dos Estados Unidos e seja mesmo numa flexibilização das relações com a China.

Ficar de fora de conversas com ênfase em comércio e clima, definitivamente não é uma opção. Temos que tomar decisões claras a partir do que queremos para a nossa Amazônia e de como vamos mitigar problemas e driblar desafios. Precisamos de um plano que valerá como uma espécie de passaporte para um lugar estratégico nas mesas de negociações. E com uma visão evidente: somos um País muito grande para

desprezar ou privilegiar mercados do agro. É fundamental cultivar as relações com todos os atuais parceiros - inclusive a China, de longe nosso maior importador - e buscar ampliar acordos com outros países asiáticos, ora envolvidos no RCEP (Parceria Econômica Global Abrangente/um acordo de livre comércio entre 15 países da região Ásia -Pacífico) e do Oriente Médio.

Podemos crescer sim, mas isso dependerá de resolvermos nossos problemas internos e de estabelecermos relações diplomáticas focadas em resultados.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV**